

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 230, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013.

Altera o inciso II do art. 2º, da Lei Municipal nº 2.449, de 15 de agosto de 2006, que dispõe sobre o parcelamento de créditos municipais de natureza não tributária, junto à Fazenda Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, de Eldorado do sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica alterado o inciso II do art. 2º, da Lei Municipal nº 2.449, de 15 de agosto de 2006, que passa a ter a seguinte alteração:

“Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se aos créditos não tributários decorrentes de:

I- glosa de valores de responsabilidade de agentes políticos, agentes administrativos e outros, sujeitos à prestação de contas, consignados em certidão-título executivo, expedida pelo Tribunal de Contas de Estado;

II- multas de qualquer natureza, exceto as tributárias;

III- preços resultantes de alienação, concessão ou permissão de uso de bens públicos, vendas ou financiamentos de insumos agrícolas ou de prestação de serviços;

IV- indenizações devidas ao erário municipal por prejuízos causados a seus bens móveis e imóveis;

V- reposição de valores, por falta de prestação de contas, perda ou extravio de bens, falta de recolhimento de tributos ou contribuições;

VI- demais créditos de natureza não tributária.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 05 de dezembro de 2013.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI
Secretária de Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 230 de 05 dezembro de 2013, que: “Altera o inciso II do art. 2º, da Lei Municipal nº 2.449, de 15 de agosto de 2006, que dispõe sobre o parcelamento de créditos municipais de natureza não tributária, junto à Fazenda Pública Municipal e dá outras providências.

O presente projeto de Lei tem a finalidade de alterar a Lei Municipal nº 2.449, de 15 de agosto de 2006, pois a Lei nº. 3.985/13, tinha o intuito de fazer com que a norma prevista no inciso II do artigo 2º da Lei nº. 2.449/06, tivesse sua vigência retomada a partir da revogação da Lei que a revogava.

Ocorreu que, a intenção da Lei 3.985/13, seu objetivo restou frustrado, uma vez que não existe no sistema legal brasileiro o efeito repristinatório de leis, conforme art. 2º Parágrafo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil, ou seja, a revogação da lei revogadora não faz com que a lei por esta revogada torne-se vigente.

Sendo assim, se o intuito é que a norma que estava prevista no inciso II do art. 2º da Lei nº. 2.449/06, tenha validade legal e jurídica, mister que se aprove nova lei repetindo a matéria que fora revogada, e que se quer novamente vigente.

Sendo assim e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal